

# Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações\*

*Perez Zagorin*

A historiografia hoje em dia tornou-se tão pluralista e sujeita às influências de modismos que não devemos nos surpreender ao ver F. R. Ankersmit recomendar, em seu recente texto publicado na *History and Theory*, que os historiadores devam adotar a perspectiva pós-moderna como a forma nova e superior de compreensão dentro desta disciplina.<sup>1</sup> Tal posição seria de se esperar, considerando a atual influência do pós-moderno em algumas das artes, bem como na teoria literária e em outras áreas, através de uma ligação com o desconstrutivismo. Ankersmit pode nem ser o primeiro a abraçar o pós-moderno para a historiografia, apesar de talvez realmente ser o primeiro a fazê-lo explicitamente. A mesma tendência é evidente entre os discípulos de Foucault. Alguns dos textos que advogam o caráter predominantemente retórico da história e das ciências sociais contidos em um volume publicado há pouco podem também ser compreendidos de forma semelhante.<sup>2</sup>

Até este momento, Ankersmit era mais conhecido devido à sua contribuição a uma recente coletânea de textos sobre aspectos atuais das discussões anglo-americanas a respeito da filosofia da história para o *History and Theory*.<sup>3</sup> Em artigo de sua autoria, contido nessa coletânea, posiciona-se como ardente defensor da concepção narrativo-retórica da historiografia, que Hayden White lançou em sua obra *Metahistory* (1973) e em textos posteriores. Ele vem sublinhando a importância revolucionária do pensamento de White quanto à primazia, no pensamento histórico, dos tropos literários e de estruturas verbais, considerando-o como a onda do futuro. É, portanto, digno de nota que, ao inverso dos teóricos literários, que têm sido a maioria dos apoiadores da visão de White, a maioria dos filósofos e dos historiadores de tendência filosófica tem se mostrado decididamente crítica, quando não simplesmente ignorado tal pensamento. Muitos his-

toriadores parecem particularmente resistentes a ele, como também o foram, anteriormente, à doutrina de leis de cunho positivista hempeliana sobre a explanação histórica. Da mesma forma que se opuseram ao cientificismo de Hempel, tomando-o como uma falsa noção do caráter do conhecimento histórico, também tendem a opor-se à tendência lingüística de White e à sua abordagem retórica por menosprezar e distorcer certas características essenciais da escrita e pesquisa históricas.<sup>4</sup>

Ao abraçar o pós-modernismo, Ankersmit age como um caça-tendências filosófico que está de olho na última novidade. Inegavelmente, algum mérito pode ser dado a um autor que busque descobrir a última moda em sua disciplina e então mostrar suas decorrências. Ankersmit, porém, não quer somente buscar o que é novo, ele também se identifica com o novo. Não quer opor-lhe resistência como falacioso ou danoso. Pelo contrário: assim como outros historicistas (sei que ele rejeitaria esta denominação, mas a considero justa no contexto), saúda seu aspecto de novidade e toma a causa como sua.

O pós-modernismo de Ankersmit pode ser considerado como um desenvolvimento de seu compromisso prévio com os princípios narrativistas de White. Representa mais um passo na tentativa de estetizar a história e de separá-la de suas bases anteriormente aceitas de verdade e realidade.

Apesar de não nos oferecer uma definição do pós-moderno, relaciona este último a algumas situações e necessidades que, acredita, não nos deixa outra escolha senão a de aceitá-las. Nas observações seguintes gostaria de examinar a validade de algumas das alegações e razões que ele apresenta para balizar sua posição.

Desde o início, porém, é importante, por motivos de clareza, sublinhar várias características normalmente associadas à teoria ou idéia do pós-modernismo. Em primeiro lugar, é mister reconhecer que se trata de uma concepção essencialmente historicista. Os que anunciam a chegada do pós-moderno o vêem como um estágio inevitável da cultura de hoje em dia e também uma ruptura com o passado, a qual, dadas as condições da sociedade atual, não pode ser detida. Portanto, um forte sentido de fatalidade e de irresistibilidade paira sobre este conceito.

Em segundo lugar, o impulso básico do pós-moderno é o repúdio aos valores e pressupostos do movimento anterior, o modernismo, que revo-

lucionou as artes no século XX, aliado a um igual repúdio à filosofia denominada logocentrismo — a crença no papel estruturante da linguagem, na função determinante do significado textual e na presença de um mundo significante ao qual se relacionam linguagem e conhecimento. É portanto notável que estas idéias pós-modernas não se sustentem por um sentimento de *élan* ou pela convicção de progresso ou evolução. Pelo contrário: o pós-modernismo, como implica seu próprio nome, traz consigo fortes conotações de declínio, exaustão, e de estarmos no fim e não no começo de uma era.

Finalmente, um elemento central do pós-moderno é a hostilidade ao humanismo. Ao predizer, como Foucault desejosamente vaticinou, o fim do homem, rejeita o humanismo como uma relíquia datada ou como uma ilusão da ideologia burguesa; a ilusão de sujeitos criando sua própria história por meio de suas atividades livres, o que é compreendido como um disfarce para a opressão das mulheres, das classes trabalhadoras, dos não-brancos, dos desviantes sexuais e dos nativos colonizados pela sociedade burguesa. Como corolário, critica como elitista e opressiva a idéia de cânones, com sua necessária hierarquização e discriminação entre as criações culturais, idéia esta que ambos, modernismo e humanismo trazem fortemente. A consequência disso é que o pós-modernismo se presta a um marcado relaxamento dos padrões culturais e sanciona um extremo ecletismo e heterogeneidade sem qualquer princípio crítico ou regulador. Na área cultural como um todo, implica apagar totalmente as distinções entre a cultura elevada ou de elite e a cultura popular de massa, formada e dominada em grande parte pela propaganda e meios de comunicação comerciais; distinção essa que tanto o humanismo como o modernismo consideravam axiomática.

Algumas dessas características acima mencionadas são também analisadas, de forma mais favorável, por Fredric Jameson, um teórico literário marxista, em seu trabalho de largo escopo *Postmodernism, or the cultural logic of late capitalism*. Considerando a influência do pós-moderno sobre a historiografia, será proveitoso olhar rapidamente seu texto, para ampliar nosso entendimento do conceito de pós-moderno.

A parte mais notável do entender de Jameson é sua análise do pós-moderno através de exemplos de produtos culturais contemporâneos den-

tro da esfera das artes. O fato de que ele atribui a alguns destes, como às pinturas de Andy Warhol ou à arquitetura do Hotel Bonaventure no centro de Los Angeles, por John Portman, não somente uma importância representativa e sintomática, mas também um valor artístico que é altamente discutível não nos concerne. O que é significativo, porém, é a constelação de traços genéricos que seu escrutínio desses trabalhos o leva a identificar como sinônimos do pós-moderno. Eles incluem os seguintes: uma nova falta de profundidade e uma superficialidade; uma cultura fixada sobre a imagem; a diminuição do afeto e a libertação ou o desaparecimento da emoção; o abandono do conceito de verdade como bagagem metafísica desnecessária; o desaparecimento do indivíduo autônomo e a morte do sujeito; a perda da historicidade e do passado; a desintegração do sentido de tempo em uma série de presentes puros e não-relacionados; a prevalência do pastiche e a canibalização de estilos passados. Estas estão entre as mais fortes características e temas, de acordo com a observação perceptiva de Jameson, do pós-moderno como o estilo inapelavelmente ascendente da cultura do capitalismo de hoje.<sup>5</sup>

Ankersmit sem dúvida não aceitaria nenhuma dessas características como representativas do que ele advoga como pós-moderno. Mesmo assim, a afinidade entre elas e o seu ponto de vista é evidente. O fatalismo historicista implícito na teoria do pós-modernismo está refletido em sua observação de que “o outono chegou para a historiografia ocidental”, que não mais tem um tema ou uma metanarrativa, agora que a Europa, a partir do fim da II Guerra Mundial, deixou de ser sinônimo de história universal e definhou para um apêndice do continente eurasiático. Esse afastamento do passado é visível em sua rejeição da importância da origem e contexto históricos e em sua convicção de que as evidências nada têm a ver com uma realidade passada, mas sim apontam apenas para as interpretações dos historiadores. A similaridade entre os dois torna-se ainda mais clara no conceito de historiografia proposto por Ankersmit. De acordo com sua teoria pós-moderna, o historiador deve renunciar à tarefa da explicação e ao princípio da causalidade, além da idéia de verdade, os quais são considerados como parte de um “essencialismo” superado. Em vez disto, deveria reconhecer a historiografia como atividade estética na qual o estilo é o mais importante.

O que se destaca neste conceito pós-moderno da historiografia de Ankersmit é a sua superficialidade e sua distância da prática histórica ou da maneira pela qual os historiadores geralmente pensam sobre seu trabalho. Trivializa a história e lhe retira qualquer responsabilidade intelectual. A lógica e os julgamentos de fatos que o levam a esta conclusão são, além disso, pouco convincentes.

Seu ponto de partida é a superprodução atual de textos de história, que ele nos diz estarem se espalhando como um câncer e que o levam a um forte desalento. Talvez não seja importante o fato de ele não mencionar as razões para tal condição, que são em grande parte de natureza sociológica. Essas se devem, como todos sabemos, à grande expansão do ensino superior e das universidades no pós-guerra, somadas à necessidade de trabalhos publicados que é imposta aos intelectuais como pré-requisito para o avanço em suas carreiras. De qualquer forma, citando a literatura sobre o filósofo Hobbes como exemplo, observa que ela se tornou tão vasta que o texto original de Hobbes não possui mais autoridade e desaparece em face das suas múltiplas interpretações. Disto ele infere que “não possuímos mais textos nem passado, mas somente interpretações destes”.

Muito pode ser dito sobre o problema perturbador da sempre crescente quantidade de publicações em história sem sucumbirmos à opinião pessimista a que Ankersmit foi levado pela sua ilógica espetacular. Para começar, a situação, tal como a analisou J. H. Hexter em 1967, está cada vez mais atual:

1. Nunca no passado os textos sobre história foram tão insensatos como hoje em dia; nunca se produziu uma massa de trivialidades estultificantes tão imensa e sufocante, o produto de mentes pequenas empenhadas em escrever mal sobre questões insignificantes, sobre as quais pensaram pouco ou nada e pelas quais não sentem nenhuma preocupação.

2. Nunca no passado os historiadores escreveram de forma tão competente, vigorosa e inteligente como hoje em dia, penetrando em questões antes negligenciadas ou rechaçadas de forma obscurantista; trazendo efetivamente para o registro do passado disciplinas totalmente desconhecidas por seus predecessores, tratando os problemas que encontram com uma largueza, rigor e sofisticação de métodos anteriormente sem precedentes entre os praticantes da história.<sup>6</sup>

Tenho certeza de que a maior parte dos historiadores concordaria com esta opinião. O que ela significa é que apesar do fardo de um número crescente de obras históricas efêmeras e medíocres, existe também, como contraste, um *corpus* considerável de obras de originalidade, conhecimento e *insight* excepcionais, as quais não só alargaram nossos horizontes intelectuais como também aprofundaram e mesmo transformaram nosso conhecimento do passado.

Mesmo que por vezes o fenômeno da superprodução na história possa nos deprimir e parecer de difícil manejo, podemos ao menos nos contentar com o fato de que, através dos tempos, esse efeito seja normalmente contrabalançado por um processo seletivo que relega as publicações triviais à obscuridade e assegura que as publicações mais importantes venham ao conhecimento dos especialistas e, caso mereçam, a uma grande parte dos profissionais da história.

Mas como poderia, mesmo assim, a condição de superprodução histórica nos roubar ambos o texto e o passado, nos deixando somente interpretações? Eu, assim como Ankersmit, nutro um interesse especial por Hobbes, sobre quem já escrevi ocasionalmente. Em um estudo recente procurei analisar a literatura sobre Hobbes produzida nos últimos anos.<sup>7</sup> Ao contrário do que coloca Ankersmit, mesmo há vinte anos não seria suficiente, para quem buscasse um norte na discussão da política filosófica de Hobbes, ler apenas Warrender e Watkins. Essa pessoa deveria ao menos conhecer também a obra clássica de Leo Strauss, a introdução escrita por Oakeshott para a sua edição de *Leviathan* e a *The Political Theory of Possessive Individualism* de MacPherson. Se quisesse aprofundar-se, teria também de familiarizar-se com outras contribuições importantes como o artigo de A. E. Taylor sobre a doutrina ética de Hobbes e o estudo de David Gauthier sobre o *Leviathan*, sem mencionar outras obras pertinentes.

Hoje em dia, a literatura sobre Hobbes tornou-se, é claro, realmente muito vasta. Mesmo assim, como é quase óbvio demais para repetir, tanto em textos anteriores como nesses mais recentes, o relacionamento entre o texto de teoria política de Hobbes e suas interpretações permanece extremamente próximo. Longe de estar mal-colocado ou perdido, ele é sempre escrutinado e discutido como a base para qualquer conclusão interpretati-

va a que se queira chegar. Entre os estudiosos de Hobbes, alguns, como Quentin Skinner, em sua meta de reaver a intenção e o significado de Hobbes, insistem em uma leitura que se baseia no contexto histórico, pelo qual se compreende dominar a tradição intelectual, a situação política, ideológica e as convenções da linguagem política utilizadas por Hobbes. Para os que vêm na filosofia política uma disciplina essencialmente histórica, a interpretação não eclipsa o passado; este último, então, é que funciona como um teste crucial da validade da primeira.

Também é claro que uma interpretação pode cair ou manter-se de pé em bases textuais ou históricas. Duas das interpretações mais discutidas sobre Hobbes no passado foram as de Warrender e MacPherson. O primeiro buscou explicar a teoria da moral e da obrigação política de Hobbes como em última instância fundadas sobre os comandos de Deus; o segundo argüiu que a concepção do estado da natureza e da ordem política em Hobbes era um reflexo do nascente mercado capitalista competitivo de individualismo possessivo. Nenhuma das duas interpretações, seria justo dizer, se impôs à maioria dos estudiosos de Hobbes, que as julgaram incompatíveis, seja com o significado do texto de Hobbes e com o caráter de suas crenças, seja com uma compreensão correta de sua sociedade.

O que disse sobre Hobbes é também verdadeiro para outras áreas do início da história moderna inglesa e européia, com as quais estou familiarizado como parte de meu mais importante campo de estudo. Quando, em uma dessas áreas, um estudo revisionista é apresentado, evidências textuais (dentre as quais incluo não somente fontes literárias e textos filosóficos, mas também toda forma de documentos de arquivos), bem como considerações contextuais são invariavelmente de importância central na discussão. Seria supérfluo sublinhar isso não fosse pela curiosa descoberta de Ankersmit de que em nossa era pós-moderna a interpretação aboliu o texto e o passado.

Mesmo que as obras de Gadamer, Ricoeur e outros pensadores tenham ajudado a recolocar o problema da interpretação e da compreensão hermenêutica como um tema central da filosofia da história, o estudo de Ankersmit não traz nenhuma luz sobre o assunto. Ao contrário, concentra algumas de suas considerações sobre o pressuposto de que a interpretação ganhou novo *status* na historiografia pós-moderna. Observou que em nos-

sa sociedade contemporânea a informação e as interpretações multiplicam-se como se sob leis próprias, e sublinha o que chama do paradoxo de que mesmo poderosas e novas interpretações não dão um fim à produção de textos, mas sim geram ainda mais textos. Esse fato dito paradoxal é considerado explicável apenas através de uma perspectiva pós-moderna. Mas por que deve ser considerado um paradoxo? As interpretações históricas assemelham-se em alguns aspectos às teorias e hipóteses científicas. Assim como estas, qualquer interpretação nova e original terá tanto aderentes quanto oponentes. Os primeiros tentarão aplicar, fortalecer e estendê-la para demonstrar sua superioridade às dos competidores. Os últimos procurarão suas fraquezas e tentarão refutá-la. Caso uma interpretação histórica venha a ser largamente aceita, pode vir a não mais ser objeto de debate e tomar seu lugar em nossa compreensão do passado. Isto pode, é claro, não durar. O aparecimento subsequente de outra teoria poderá forçá-la a sofrer novos desafios, questionamentos que podem talvez derrubá-la. Não existe nada de paradoxal, ou de próprio dos tempos atuais, sobre o fato de que novas interpretações significativas estimulam e não calam os debates.

A falta de substância da posição de Ankersmit é ainda mais bem ilustrada pelos seus comentários sobre a atitude da historiografia pós-moderna quanto à ciência, que ele descreve como sendo distante e separada, mas não de oposição, donde “a-científica” e não “anticientífica”. Isso é muito pouco consistente, porém, com sua colocação de que o pós-modernismo conseguiu desestabilizar a ciência e também acertou onde ela é mais sensível, ao desconstruir o conceito de causalidade, um dos pilares principais do pensamento científico. A demonstração que se segue é a mesma dada por Jonathan Culler em *On deconstruction*, e deriva da fonte de inspiração deste último, Nietzsche. Procede da seguinte maneira: quando consideramos um efeito, ele nos faz examinar a causa; o efeito então precede ou se torna a causa da causa; donde o efeito é a origem da causa. Isso portanto inverte a hierarquia de causa e efeito e prova sua artificialidade.

Este malabarismo verbal é uma confusão transparente, conforme já o demonstrou John Searle em sua leitura crítica do livro de Culler.<sup>8</sup> Mesmo que um efeito seja a fonte epistêmica de uma procura por sua causa, isso não pode querer dizer que é temporalmente anterior ou que ele produz ou

causa a causa. Se meu carro pára por falta de gasolina, vou buscar a causa. Ela é o tanque vazio, e não foi minha curiosidade em relação a porque ele não anda que o fez parar. O efeito, resumindo, é a origem do meu interesse, mas não da causa. Como aqui também não existe questão de conceber causa e efeito como uma hierarquia, um tema totalmente irrelevante. Os dois são apenas correlatos, um acarretando o outro.

Ao realizar essas críticas, não me ative a nenhum significado particular que o historiador deveria atribuir à noção de causalidade quando a for utilizar. Se “causa”, no linguajar do historiador, sempre significar uma razão ou motivo por parte dos agentes históricos, ou a assunção de um evento, ação ou fenômeno sob uma lei causal geral, dependendo do objeto a ser considerado, ela continua a ser uma questão debatida na filosofia da história. É uma ilusão, mesmo assim, assumir que a historiografia possa prescindir do conceito de causalidade. Enquanto a explicação for um de seus motivos, a atribuição causal permanecerá como um ingrediente necessário no pensamento histórico. A revelação pós-moderna do contrário é não somente equivocada, mas fútil.

Uma das principais metas do trabalho de Ankersmit é demonstrar a “natureza revolucionária do pós-modernismo”, que lhe permite realizar sua função subversiva. Como manifestações deste último ele aduz não somente a essa sua alegada desconstrução do princípio da causalidade, mas também a sua visão de que todas as nossas certezas científicas estão logicamente implicadas no paradoxo do mentiroso. Como uma versão sucinta deste paradoxo, ele cita o enunciado “este enunciado é falso”. Por meio dessa arma lógica, imagina, o pós-modernismo puxa o tapete debaixo da ciência e do modernismo. A historiografia supostamente providencia uma ilustração dessa operação dentro do caráter intrinsecamente paradoxal da interpretação.

A falta de clareza e a frouxidão dessas asserções tornam difícil lidar com elas de forma séria como argumento. Pode-se dizer o seguinte, porém, sobre a conclusão proposta. O paradoxo do mentiroso coloca o problema da reflexibilidade no qual o enunciado está logicamente incluído em seu próprio veredicto de falsidade sobre uma classe de enunciados dos quais ele mesmo faz parte. Mas como essa reflexibilidade aplica-se à histo-

riografia ou às teorias da ciência? Ankersmit não apresenta nenhuma razão para sua colocação de que as interpretações ou constatações de fatos por parte dos historiadores sejam, segundo esta formula, paradoxais. Além dessa falha, também é duvidoso que esse paradoxo escolhido como exemplo seja realmente um paradoxo. Isso se deve ao fato do enunciado não falar sobre nada, na verdade, portanto, não ser uma proposição. Para sê-lo, precisaria acarretar um valor de verdade ou condições particulares de verdade, o que ele não pode fazer. Dificilmente poderia, então, produzir o efeito subversivo que Ankersmit supõe.

O *insight* mais importante atribuído por Ankersmit ao pós-modernismo é o seu reconhecimento da natureza estética da historiografia. Ele relata esse *insight* sob a nova ótica do pensamento contemporâneo de que a distinção entre linguagem e realidade perdeu sua *raison d'être*. Com o desaparecimento dessa distinção, diz Ankersmit, o esteticismo expande sua influência por sobre todas as formas de representação. A historiografia é então finalmente percebida como produto literário no qual o historiador não produz uma representação da realidade (ou do passado, poderíamos dizer), mas sim um substituto ou uma reposição desta. O estilo é visto com importância anterior ao conteúdo e o conteúdo como uma derivação do estilo. As diferenças históricas seriam também devidas a diferenças de estilo.

Uma das características das teorias pós-modernas desconstrutivistas tem sido buscar obliterar as fronteiras entre literatura e outras disciplinas através da redução de todas as formas do pensar à sua condição comum de texto. Donde dizer que a filosofia, como a historiografia, é apenas um outro tipo de texto e, portanto, sujeita às suas leis, e não uma espécie de reflexão à parte que lida com questões distintamente filosóficas.<sup>9</sup> Sem mencionar a identificação de linguagem e realidade, uma tese que pode ser desenvolvida de muitas formas diferentes (o que, de qualquer forma, está além do meu objeto de discussão), eu me atreveria a dizer que poucos historiadores concordariam com a transformação, proposta por Ankersmit, da historiografia em categoria da estética. Nem estariam propensos a aprovar uma caracterização que dá primazia à sua qualidade de literatura. Conforme nos disseram os formalistas russos e Roman Jakobson, a qualidade da literatura consiste na forma pela qual esta coloca linguagem e expressão em primeiro

plano e lhes dá valor e importância independentes. Apesar de Ankersmit considerar que obras históricas e literárias são similares desta forma, isto certamente não é verdade. Na historiografia, uma tentativa da linguagem de chamar a atenção para si mesma seria considerada altamente inadequada e uma quebra evidente das regras da escrita histórica. Dentro da história, a linguagem está subordinada ao esforço do historiador de transmitir da forma mais clara, ampla e sensível a compreensão ou o entendimento de algo do passado.

Para sustentar sua opinião de que o estilo é o fator predominante na historiografia, Ankersmit sublinha o caráter e contexto intensificado das palavras e frases na obra histórica, o que determina sua impossibilidade de substituição por outras frases equivalentes. Esta opinião me parece estar igualmente equivocada. Se fosse verdadeira, seria impossível parafrasear ou resumir uma obra histórica sem alterar sua substância ou significado. Mas tais resumos são possíveis, podemos dar perfeitamente uma descrição sobre algo de estilo tão particular quanto a narrativa de Gibbon sobre a origem e o triunfo do cristianismo no Império Romano, que efetivamente transmita não somente sua compreensão de onde e como estes fatos ocorreram, como também a ironia que permeia sua narrativa.

Em linhas gerais, deve-se situar que Ankersmit não providencia qualquer explicação sobre como o estilo possa determinar ou mesmo gerar o conteúdo de obras históricas. Assim como a noção de que a interpretação tenha eliminado o texto e o passado, essa é mais uma das alegações extremas que, não obstante sua implausibilidade inerente, os pós-modernistas gostam de colocar como provas da importância revolucionária de suas idéias. Ela certamente contrapõe-se a algumas das convicções e intuições mais fortes dos historiadores a respeito de sua disciplina. Seus comentários seriam, mais provavelmente, no sentido de que o conteúdo deriva da leitura crítica de fontes e evidências, da leitura crítica de outros textos sobre o assunto e de suas percepções sobre os inter-relacionamentos existentes na indefinida multiplicidade de fatos relativos ao seu objeto de estudo.

A tentativa pós-modernista de Ankersmit de absorver a historiografia para dentro do campo estético e literário ignora características centrais para a própria concepção de história. Uma delas é a diferença presumida entre fato ou verdade e ficção, sobre a qual a perspectiva estética não tem nada a

dizer. Diferentemente da obra literária, a obra histórica não contém um mundo imaginário ou inventado. Ela se apresenta como consistindo, em sua maior parte, de fatos e de colocações verdadeiras ou prováveis sobre o passado. Muitas de suas frases são proposições ligadas a condições de verdade. Se isto não fosse verdadeiro, o leitor não teria qualquer interesse na obra. O significado característico que a história se atribui é, portanto, totalmente dependente de sua alegação de veracidade. Mesmo que um texto histórico contenha muitas alegações e colocações errôneas e que proponha interpretações discutíveis baseadas em considerações muito complexas sobre as evidências, a veracidade, em seu sentido mais amplo, é normalmente tomada como um de seus princípios reguladores mais básicos.

Outra característica que não tem lugar dentro dos domínios da estética é a função desempenhada pela evidência. Os historiadores trabalham dentro de limites bem definidos, sobre os quais estão inteiramente conscientes, limites estes que derivam da natureza e limitações das suas evidências. Mesmo que lhes caiba determinar o que constitui evidência e para que ela serve, uma vez determinada ela exerce uma pressão contínua. Não estão livres para ignorá-la ou usá-la como bem lhes aprouver. Essa pressão é um dos principais fatores para a formação da obra histórica.

Ligada a esta última, há ainda outra característica intrínseca da historiografia: a necessidade da justificação de certas alegações de conhecimento, regra que ela divide com outras formas de pesquisa. Os historiadores sabem que podem ser chamados a justificar a veracidade, adequação e confiabilidade de alegações em particular, interpretações ou mesmo do seu relato como um todo. Seu linguajar tende a incorporar muitas justificativas para os julgamentos, opiniões, descrições e análises que apresentam em seu olhar sobre o passado. Mesmo a mais pura história narrativa não pode dispensar a necessidade de justificativas, se quer ser aceita por estudiosos e leitores críticos.

A estetização da historiografia como um importante *insight* do pós-modernismo, tal como concebida por Ankersmit, resulta inevitavelmente na trivialização da história através de uma falha em reconhecer características que tanto definem a história como forma de pensar como também lhes dão significado. Esse efeito é visível nas recomendações para a historiografia que concluem seu artigo. Uma delas é que o historiador deve con-

centrar-se, como o faz a psicanálise, nos aspectos inconscientes do passado que foram reprimidos ou que vêm à luz involuntariamente através de “lapses” de linguagem. Mesmo que eu não possa negar que essa meta possua seu valor, ela é de importância muito menor do que a tentativa de descoberta e compreensão dos valores, crenças, hipóteses, convenções, regras e práticas sociais que constituem grande parte da vida consciente de sociedades passadas. O estudo destas é não somente uma tarefa difícilíssima que requer *insight* e imaginação excepcionais, como também de uma importância fundamental, a que as prioridades do pós-modernismo não dão importância.

Outra das recomendações de Ankersmit para os historiadores reza que eles não mais devem lidar com grandes problemas nem tentar reconstruir ou descobrir padrões do passado, tarefas a que aspirava a historiografia científica moderna. Tudo que lhes resta como objeto de estudo são microtemas e “migalhas históricas”, tal como exemplificadas nas obras de historiadores sociais contemporâneos, mesmo que textos assim não pareçam ter muito sentido. Sob o olhar pós-moderno, diz ele, “a meta não é mais integração, síntese e totalidade”, e os pequenos assuntos agora ocupam o centro das atenções.

Não é necessário dizer que poucos historiadores apoiariam essa fórmula para um novo antiquarismo que surge de uma concepção trivializada, cansada e derrotista da pesquisa histórica. Contrariamente à crença de Ankersmit, a expansão e fragmentação da historiografia em nosso tempo, através do crescimento simultâneo da especialização e da expansão de nossos horizontes históricos trouxe a necessidade de integração e síntese ainda maiores do que antes. Essa é uma necessidade, além do mais, amplamente reconhecida. Não se trata de buscar uma noção plena da história do mundo ou do processo histórico, pois isto é quase certamente impossível. O que não impede ser factível, porém, pensar em temas de larga escala de maneira geral nem sobre questões que transcendem as barreiras de disciplina e especialização para obter uma compreensão de sociedades e civilizações inteiras e de áreas amplas do passado. Não somente a moderna literatura histórica inclui numerosos exemplos desse tipo de obra, como tam-

bém sempre haverá historiadores com a ambição intelectual para trabalhar problemas de significado e largueza excepcionais.

Durante seu artigo, Ankersmit toca na questão da utilidade da historiografia somente para dispensá-la como não pertinente e como um erro de categoria. Como a historiografia é parte da cultura — explica ele — a questão de sua utilidade não pode ser levantada de forma significativa mais do que poderia ser levantada a utilidade da cultura em si. Mesmo concedendo-lhe razão neste ponto, podemos nos perguntar qual é a função e propósito a que serve a história na cultura e na sociedade. Mesmo que possamos dizer que a sociedade ocidental esteja rapidamente perdendo sua ligação com o passado, também é claro que ela valoriza a história e a concebe como importante, se pensarmos nos recursos consideráveis alocados à pesquisa histórica e ao seu ensino. Por que e para que deveria fazê-lo?

Uma resposta indireta a esta pergunta foi certa vez dada pelo compatriota de Ankersmit, Huizinga, um estudioso humanista de sensibilidade e pensamento característicos, que definiu a história como a “forma intelectual pela qual uma civilização presta contas a si mesma sobre seu passado”. Esta definição também implica uma definição da função da história. Huizinga prossegue dizendo que “nossa civilização é a primeira a ter como passado o passado do mundo, nossa história é a primeira a ser história mundial”. A esta observação ele ainda adiciona que

Uma história adequada à nossa civilização somente pode ser uma história científica. O instrumento da civilização moderna ocidental para a compreensão intelectual do mundo é a ciência crítica. Não podemos sacrificar a demanda pela certeza científica sem ferirmos a consciência de nossa civilização. Representações míticas e fictícias do passado podem ter valor literário como formas de jogo, mas para nós elas não são história.<sup>10</sup>

Nesta colocação Huizinga não falava da ciência como um positivista. Compreendia o termo história científica da mesma forma que Collingwood, isto é, como os rigorosos padrões cognitivos, métodos críticos exigentes e sentido global do passado que se tornaram característicos da historiografia ocidental durante seu desenvolvimento nos séculos XIX e XX.

É claro que a historiografia tem inúmeras funções, inclusive várias de ordem prática, mas Huizinga estava pensando do ponto de vista da socie-

dade como um todo. Mesmo se não concordarmos inteiramente com isso, sua visão da historiografia provavelmente não difere muito da forma pela qual muitos historiadores ocidentais vêm seu trabalho. Ankersmit desconsidera esse ponto de vista como modernista, mas sua alternativa pós-moderna parece tristemente empobrecida em comparação. Se vier a prevalecer — e existe pouca chance disso — a história não terá mais uma verdadeira função. Não poderá mais desempenhar sua obrigação intelectual mais importante na educação e na cultura, que consiste em dar a cada geração viva uma visão mais ampla e melhor sobre o passado de sua própria sociedade e civilização, assim como sobre o passado humano em um sentido maior. O pós-moderno representa a negação desta obrigação, responsabilidade cultural maior da historiografia, que permanece indispensável neste mundo que se move cada vez mais rápido para o futuro.

*(Traduzido do original em inglês por Aline Lorena Tolosa)*

## Notas

\* Originalmente publicado em *History and Theory*, v. 29, pp. 263-274, out. 1990.

<sup>1</sup> F. R. Ankersmit, "Historiography and Postmodernism", *History and Theory* 28 (1989), 137-53.

<sup>2</sup> John S. Nelson, Allan Megill, and Donald N. McCloskey, *The Rhetoric of the Human Sciences* (Madison, Wisc., 1987).

<sup>3</sup> F. R. Ankersmit, "The Dilemma of Contemporary Anglo-American Philosophy of History", *Knowing & Telling History: The Anglo-Saxon Debate, History and Theory*, Beiheft 25 (1986).

<sup>4</sup> Ver alguns dos artigos em *Metahistory: Six Critiques, History and Theory*, Beiheft 19 (1980), particularmente o texto de Maurice Mandelbaum "The Presuppositions of Metahistory", como também os comentários de Frederick A. Olafson em seu *Hermeneutics: Analytical and Dialectical*, em *Knowing and Telling History*, 40-1. Ver também as observações críticas e ressalvas sobre a visão de Hayden White na obra de Paul Ricoeur *The Reality of the Historical Past* (Milwaukee, Winsconsin, 1984) 33-4 e William H. Dray, "Narrative and Historical Realism", em *On History and Philosophy of History* (Leiden, 1989), capítulo 7. Também percebi em conversas com historiadores e discussões com alunos de doutorado em seminários sobre a filosofia da História que a reação ao texto de White *Metahistory and Tropics of Discourse* é geralmente pouco favorável.

<sup>5</sup> Fredric Jameson, “Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism”, *New Left Review*, no. 146 (1984), 53-92. A literatura sobre pós-modernismo é hoje em dia volumosa; para maiores discussões sobre o que ela representa e sobre seu relacionamento com o desconstrutivismo, ver Terry Eagleton, *Literary Theory* (Minneapolis, 1983) e os artigos em *Postmodernism*, ed. Lisa Appignanesi (Londres, 1986)

<sup>6</sup> J. H. Hexter, “Some American Observations”, *Journal of Contemporary History* 2 (1967), 5-6, citado por Peter Novick em *That Noble Dream: The ‘Objectivity Question and the American Historical Profession* (Cambridge and New York, 1988), 377.

<sup>7</sup> Perez Zagorin, *A History of Political Thought in the English Revolution* (Londres, 1954); “Thomas Hobbes”, *International Encyclopedia of the Social Sciences*, “Clarendon and Hobbes”, *Journal of Modern History* 57 (1985), 593-616; “Cudworth and Hobbes on Is and Ought”, in *Philosophy, Science and Religion in England 1640-1700*, ed. Richard Ashcraft, Richard Kroll, e Perez Zagorin (Cambridge University Press, 1991); “Hobbes on Our Mind”, *Journal of the History of Ideas* 51 (1990), 317-35.

<sup>8</sup> Ver a resenha de Searle sobre a obra de Jonathan Culler, *On Deconstructions: Theory and Criticism after Structuralism* (Ithaca, NY, 1983), in *New York Review of Books* 27 (October, 1983), 74-9.

<sup>9</sup> Para um debate sobre o assunto, ver Christopher Norris, *Deconstruction, Theory and Practice* (Londres, 1982), e *The Deconstructive Turn: Essays in the Rhetoric of Philosophy* (Londres, 1983).

<sup>10</sup> J. Huizinga, “A definition of the Concept of History”, in *Philosophy and History*, ed. Raymond Klibansky and H. J. Patton [1936] (New York, 1963), 8-9.